

Diretrizes ainda fracas dificultam tratamento

Estudo revisional conclui que baixa qualidade da literatura científica sobre a monkeypox é um obstáculo para enfrentar a situação. Nenhuma orientação pesquisada detalhou, por exemplo, a dose ideal, tempo ou duração das terapias

CYNTHIA S. GOLDSMITH

A escassez de orientações clínicas atualizadas e de alta qualidade sobre a monkeypox pode estar dificultando o tratamento eficaz e seguro da infecção em todo o mundo, concluiu uma revisão publicada na revista *BMJ Global Health*. Segundo os autores, “as diretrizes existentes carecem de detalhes suficientes, não inclui grupos diferentes e é contraditória”.

Desde que o primeiro caso humano de infecção por varíola dos macacos, em 1970 na República Democrática do Congo, a doença foi relatada principalmente em países da África Central e Ocidental. O surto atual é o primeiro a afetar vários países não endêmicos, 35 mil casos registrados em vários países — inclusive no Brasil — e a ocorrência de mortes.

Os pesquisadores, liderados pela Fundação Bill & Melinda Gates, decidiram avaliar a disponibilidade, qualidade, escopo e inclusão das orientações clínicas internacionais disponíveis sobre o tratamento e cuidados de suporte de pacientes com infecção. Eles pesquisaram seis grandes bancos de dados de pesquisa por conteúdo relevante publicado até meados de outubro de 2021, além de documentos de políticas públicas, boletins informativos e relatórios divulgados até maio de 2022, em vários idiomas.

Inconsistência

O grupo encontrou 14 diretrizes relevantes. A maioria era de baixa qualidade, de acordo com o sistema de Avaliação de Diretrizes para Pesquisa e Avaliação II, pontuando uma média de 2 em 7 possíveis. E a maior parte carecia de detalhes e cobria apenas uma faixa estreita de tópicos. Havia pouca provisão para os diferentes grupos de risco: apenas cinco (36%) traziam diretrizes sobre crianças; e somente três (21%) orientavam gestantes ou pessoas vivendo com HIV.

As orientações sobre o tratamento limitavam-se, principalmente, ao aconselhamento sobre antivirais e não eram consistentes, afirmam os autores. Nenhuma das diretrizes detalhou a dose ideal, tempo ou duração. Apenas uma forneceu recomendações



O vírus MPXV, que transmite a enfermidade, identificada em 1970 na República Democrática do Congo: países não endêmicos afetados agora

sobre cuidados de suporte e tratamento de complicações.

“Mesmo com uma base de evidências limitada, as diretrizes de gerenciamento clínico são ferramentas importantes para orientar a tomada de decisões e reduzir o risco de tratamentos inadequados. A falta de clareza entre as diretrizes cria incerteza para os médicos, o que pode afetar o atendimento ao paciente”, destacaram os especialistas no artigo.

Dúvidas

O fato é que sobram incertezas sobre a monkeypox. Após o aumento exponencial de casos nos últimos meses, a doença é melhor compreendida, mas

muitas dúvidas permanecem, cruciais para saber até que ponto a epidemia pode ser contida. Além de o vírus ter se espalhado para outros continentes, o perfil dos infectados mudou. “Examinando o genoma, vemos que existem de fato algumas diferenças genéticas”, disse um representante da Organização Mundial da Saúde (OMS) à agência de notícias France Presse. “Mas não sabemos nada sobre a importância dessas alterações genéticas e há pesquisas em andamento para estabelecer as [possíveis] consequências dessas mutações na transmissão e gravidade da doença”, acrescentou. Também há algumas dúvidas sobre a transmissão do vírus MPXV.



Mesmo com uma base de evidências limitada, as diretrizes de gerenciamento clínico são ferramentas importantes para orientar a tomada de decisões e reduzir o risco de tratamentos inadequados. A falta de clareza entre as diretrizes cria incerteza para os médicos, o que pode afetar o atendimento ao paciente”

trecho do artigo conduzido por pesquisadores da Fundação Bill & Melinda Gates

Originalmente, a monkeypox foi identificada como uma doença transmitida principalmente aos seres humanos por meio de animais, especialmente roedores e raramente primatas. O alto nível de transmissão de pessoa para pessoa é uma característica nova. Mas ainda resta saber se os humanos podem transmitir a doença para os animais.

A questão não é anedótica, pois os animais podem constituir um reservatório de contaminação no qual o vírus pode continuar evoluindo de maneira potencialmente perigosa, segundo especialistas. Um estudo de caso publicado na revista *The Lancet* descreveu recentemente uma primeira

infecção de humanos para um cão. Mas, até agora, é um caso único e, segundo a OMS, o perigo seria que o vírus fosse transmitido a animais selvagens. “É através do processo de um animal infectar o próximo e o próximo e o próximo é uma característica nova. Mas ainda resta saber se os humanos podem transmitir a doença para os animais”, disse Michael Ryan, especialista da agência das Nações Unidas.

Outro aspecto ainda não esclarecido é até que ponto pessoas infectadas com o vírus, mas sem sintomas, podem transmitir a doença. Um estudo realizado na França e publicado na revista *Annals of Internal Medicine*, registrou a presença do vírus em alguns pacientes assintomáticos, mas sem determinar se eram contagiosos.

INSUFICIÊNCIA CARDÍACA

Remédio leva risco para pacientes com diabetes

» GABRIELLA TISCOSKI

Disponíveis em qualquer farmácia brasileira — inclusive em gôndolas — os anti-inflamatórios não-esteroides (AINEs) são tão consumidos quanto os analgésicos. Geralmente comprada sem a necessidade de receita médica, essa classe de medicamentos, quando tem o uso indiscriminado, pode oferecer riscos à saúde. Uma pesquisa científica recentemente apresentada no congresso da Sociedade Europeia de Cardiologia revelou que a ingestão a curto prazo de AINEs está associada a uma primeira hospitalização por insuficiência cardíaca em pacientes com diabetes tipo 2.

O trabalho foi desenvolvido por pesquisadores do Hospital Universitário de Copenhague, na Dinamarca, que examinaram prontuários para identificar pessoas diagnosticadas com diabetes tipo 2 de 1998 a 2021. Foram excluídos da análise os pacientes com insuficiência cardíaca ou com uma condição reumatológica que requeira o uso desses medicamentos em longo prazo. As informações foram coletadas em prescrições de AINEs orais (celecoxib, diclofenaco, ibuprofeno e naproxeno) solicitadas antes da primeira hospitalização por insuficiência cardíaca.

Com uma metodologia específica, os cientistas detectaram que

o uso desses medicamentos em curto prazo teve associação estatística com o risco do desenvolvimento da condição. “Em nosso estudo, aproximadamente em em cada seis pacientes com diabetes tipo 2 afirmou ter usado pelo menos um AINE dentro de um ano”, disse o médico Anders Holt, primeiro autor da pesquisa. O pesquisador ainda ressaltou que, em geral, a recomendação é consultar sempre um profissional da saúde antes de começar um novo medicamento. “Com os resultados, esperamos ajudar os médicos a mitigar o risco ao prescrever essa classe medicamentosa”, concluiu.

O estudo incluiu 331.189 pacientes com diabetes tipo 2. A média de idade foi de 62 anos e 44% eram mulheres. Durante o primeiro ano, 16% dos relataram o uso de uma prescrição de AINEs, enquanto 3% haviam recebido receitas três vezes no mesmo período. Ao longo de 5,85

anos, 23.308 participantes foram internados com insuficiência cardíaca pela primeira vez.

Holt observou que os dados sobre o uso dos anti-inflamatórios sem receita não foram incluídos no estudo. Mas ressaltou que “a limitação provavelmente não teve impacto nos resultados, já que um relatório anterior descobriu que os AINEs vendidos sem receita compreendem uma pequena proporção do uso total”. O pesquisador concluiu que a pesquisa foi observacional e que não é possível confirmar que os medicamentos causam insuficiência cardíaca em pacientes deste grupo. Destacou, porém, que os resultados sugerem um risco potencial a ser considerado. “Os dados indicam que pode ser seguro prescrever AINEs de curto prazo para pacientes com menos de 65 anos de idade e aqueles com diabetes bem controlado”, finalizou.

Reprodução/Freepik/aleksandarlittlewolf



Anti-inflamatórios não-esteroides disponíveis em farmácias